



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Rejeitado
[Signature]
17/06/2020

Voto de Protesto

Contra a falta de apoio e de solidariedade do Governo da República em relação aos Açores no quadro da situação criada pela pandemia COVID-19

O Grupo Parlamentar do PS/Açores apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por ocasião das fortes intempéries que assolaram a Região Autónoma dos Açores no dia 14 de março de 2013 e que provocaram a morte de três pessoas e prejuízos estimados em cerca de 35 milhões de euros, uma Resolução que visava a "Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo cumprimento do princípio da solidariedade nacional face aos prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região recentemente".

O Grupo Parlamentar do PS/Açores considerava então que o apoio prestado pelo Governo da República da época, liderado por Passos Coelho, que no essencial se limitava a autorizar "que os municípios afetados ultrapassem os limites de endividamento líquido e de endividamento de médio e longo prazo, pelo valor estritamente necessário à contração de empréstimos para financiamento das intervenções necessárias à reposição das infraestruturas e equipamentos municipais atingidos", constituía, "um retrocesso incompreensível e, por outro, um lamentável equívoco que urge corrigir".

O Grupo Parlamentar do PS/Açores foi mesmo mais longe na sua indignação. De acordo com os socialistas, "a medida anunciada pelo Conselho de Ministros não tem qualquer efeito prático para além de ser uma provocação intolerável aos órgãos próprios da Autonomia e um insulto à inteligência dos açorianos. O Governo da República aproveitou a Páscoa para seguir o exemplo de Pôncio Pilatos, lavando as mãos das responsabilidades e voltando as costas aos açorianos. Isto na medida em que "o Governo da República tenta dar a ideia de que criou um mecanismo de apoio, mas recusa-se a despende um único cêntimo para ajudar a nossa Região e as populações afetadas".



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Tendo em conta esta caracterização do apoio concedido, o Grupo Parlamentar do PS/Açores concluiu a arenga referindo que é "fundamental que se perceba que os principais atingidos não são o poder regional, nem o poder local, mas sim os açorianos, que gozam de pleno direito constitucional, o regime de cidadãos da República Portuguesa, e que, com mais ou menos danos pessoais e materiais, mais uma vez foram vítimas da natureza e da sua circunstância geográfica ultraperiférica e insular.

Estamos pois perante uma medida cuja eficácia é dúbia e que certamente não terá qualquer impacto positivo na resolução dos problemas causados. Esta é uma matéria que exige grande seriedade e responsabilidade e que não se coaduna com posicionamentos ou táticas político-partidárias.

Com esta decisão e com esta postura, o Governo da República mostra, mais uma vez, que trata os açorianos como portugueses de segunda, recusando-se a aplicar os mais básicos princípios de solidariedade nacional que se impõem nesta matéria."

Ora o apoio concedido à Região pelo atual Governo da República, no contexto dos enormes prejuízos económicos causados pela pandemia, tem essencialmente a mesma natureza. A proposta de Lei nº 33/XIV limita-se a "autorizar o aumento do endividamento líquida da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira, visando a cobertura de necessidades excecionais de financiamento para fazer face aos efeitos, diretos e indiretos, causados pela pandemia da doença COVID-19, bem como suspender os limites ao endividamento regional estabelecidos na Lei das Finanças das Regiões Autónomas".

Trata-se exatamente do mesmo tipo de apoio e da mesma falta de solidariedade que caracterizou a situação de 2013.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe a apresentação do seguinte Voto de Protesto:

O Parlamento dos Açores condena, veementemente, a forma como, no contexto da atual crise, o Governo da República está a tratar os açorianos como portugueses de segunda, recusando-se a aplicar os mais básicos princípios de solidariedade nacional que se impõem nesta matéria.



Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Horta, Sala das Sessões, 17 de junho de 2020

O Deputado Regional,

Paulo Estêvão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Embr. 1499 ... Proc. 67-12

020 06/17 ... 3-X1